



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

**O MOVIMENTO LGBTQ NO ESCOPO DA ESTRUTURA DA POLÍTICA SOCIAL
NO BRASIL**

Livia Almeida Dutra¹
Marcella Miranda da Silva²

Resumo: Este artigo teve como objetivo abordar as lutas, demandas e conquistas do Movimento LGBTQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Queer), apresentando políticas sociais efetivadas, bem como de que forma esse movimento se organiza para pressionar o Estado no atendimento de suas demandas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada no método materialismo histórico dialético.

Palavras-chave: Movimento LGBTQ; Política Social; Estado Neoliberal; Movimentos Sociais.

Abstract: This article discusses about struggles, demands and achievement of LGBTQ movement (Lesbians, Gay, Bisexual, Transvestites, Transsexuals and Queer), showing politics implemented and how this movement organized to get answers of the State. It is based on bibliographical and documentary research, analyzed by the dialectical and historical materialism method.

Keywords: LGBTQ Movement; Social Politics; The Neoliberal State; Social Movement.

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais representam agentes importantes no processo de construção e efetivação de políticas sociais, pois é a partir da organização e luta política desses movimentos que o Estado vai ser pressionado a atender as demandas sociais, porém o Estado moderno tem como uma característica muito mais a criação das condições necessárias para ampliação da produção e reprodução do capital do que a criação das condições necessárias para efetivação dos direitos da população.

O Movimento LGBTQ representa um segmento populacional cuja trajetória é marcada por preconceitos, discriminações, violências. É um movimento que se articula em busca de seus direitos civis, de subjetividade e de identidade, pressionando o Estado para o atendimento de suas demandas.

Este trabalho parte da compreensão da necessidade da abrangência de pautar o Movimento LGBTQ, colocando de forma crítica a relação da estrutura da política social e a efetivação das demandas do movimento.

O método utilizado é o materialismo histórico e dialético, pois apreende a realidade a partir de suas múltiplas determinações, compreendendo o entendimento dinâmico da

¹ Estudante de Graduação, Universidade CEUMA, E-mail: liviaaldut@hotmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade CEUMA, E-mail: liviaaldut@hotmail.com.

realidade sócio-histórica como uma unidade do diverso (MARX, 2005). Quanto à coleta de dados, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental que, segundo Gil (2010), nos permite uma cobertura mais ampla, com base na experiência acumulada pelos diversos autores e publicações acerca do tema.

Por se tratar de uma análise da realidade social a partir da historicidade e totalidade, privilegiou-se, nesse artigo, as seguintes categorias: Estado, política social, movimentos sociais, e Movimento LGBTQ.

2 ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS: uma breve apresentação

A expressão Estado começou a ser utilizada no período do Renascimento. Na obra *O príncipe* de Maquiavel (2016 apud CASTRO, 2017, p. 13) aparece “Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram ou são repúblicas ou principados”. A concepção de Estado presente na obra de Maquiavel está relacionada ao território enquanto ordenamento político que exerce poder sobre seus habitantes (CASTRO, 2017).

Os Contratualistas Clássicos fazem uma análise diferente do que seria o Estado. Hobbes visou explicar as razões pelas quais as ordens do soberano absoluto devem ser obedecidas, a partir do pressuposto de que o homem viveria em uma constante guerra de todos contra todos. Para Rousseau, o homem viveria isolado dependendo daquilo que a natureza oferta, sendo, assim, o bom selvagem. O estado de natureza em Locke, os homens viveriam em uma plena igualdade e liberdade, e já seriam dotados de razão e usufruíam da propriedade. E seria a partir de um contrato formulado por meio do consenso dos indivíduos inseridos nesse processo que se abandonaria o Estado de Natureza e assim teria a formação do Estado civil.

Por se tratar de um conceito amplo e complexo, Pereira (2008) apresenta quatro elementos para caracterização do Estado: a) poder coercitivo; b) território; c) máquina burocrática e; d) conjunto de condutas e comportamentos.

O Estado moderno emergiu no contexto de desintegração da sociedade feudal e expressou os interesses da burguesia em constituir uma nova forma de organização do poder político.

Com o avanço do mercantilismo, o policentrismo passou a ser um entrave ao livre comércio. A circulação das mercadorias era prejudicada pela sequência de pedágios e mudanças de moedas a que os comerciantes estavam sujeito ao atravessar um território dividido por senhores feudais independentes (CASTRO, 2017, p. 15).

Para Marx e Engels (2010, p. 42) “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa”. Assim, o Estado, na

perspectiva marxiana, não se formou a partir do interesse de todos os indivíduos e nem para o bem deles.

Para Farias (2000), a perspectiva gramsciana a respeito do conceito de Estado apresenta divergências em relação ao conceito de Marx, no nível da superestrutura. Com efeito, em Gramsci, o Estado assume a configuração de Estado ampliado, ao atender aos interesses do capital e responder às pressões exercidas pela classe trabalhadora.

A partir da segunda metade do século XIX, as lutas da classe trabalhadora ganham destaque no cenário político a partir das greves e manifestações em prol do estabelecimento da jornada de trabalho e de um salário para garantir os meios de sobrevivência (BEHRING, BOSCHETTI, 2006). A resposta do Estado, que inicialmente foi de repressão violenta, vai gradativamente se tornando a regulamentação a partir do estabelecimento de legislação fabril.

A regulamentação das relações de produção por parte do Estado é rechaçada pelos liberais, pois essa intervenção incide diretamente nas leis do livre mercado. Para os liberais, o Estado deve ter um papel reduzido, não devendo intervir nas relações econômicas e sociais.

A intervenção reduzida do Estado é justificada pelos elementos essenciais presentes no pensamento liberal: predomínio do liberalismo; bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo; predomínio da liberdade e competitividade; naturalização da miséria; predomínio da lei da necessidade; manutenção do Estado mínimo; as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício; a política social deve ser um paliativo (BEHRING, BOSCHETTI, 2006).

A organização política da classe trabalhadora foi determinante para mudança na concepção do Estado liberal na transição do século XIX para o século XX. A luta dos trabalhadores, orientada para emancipação humana e superação da sociabilidade burguesa, resultou na garantia dos direitos políticos e, posteriormente, nos direitos sociais (BEHRING, BOSCHETTI, 2006).

Os direitos sociais foram consolidados a partir da terceira década do século XX, no período que ficou conhecido como *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, marcado pela intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais.

Embora possa parecer óbvio, não é desnecessário lembrar que os direitos sociais, talvez ainda mais do que os direitos políticos, são igualmente uma conquista da classe trabalhadora. E não é desnecessário porque as políticas sociais - ou seja, o instrumento pelo qual se materializam os direitos sociais - são muitas vezes definidas sem que esse fato seja levado em conta (COUTINHO, 1999, p. 51)

As políticas sociais são resultados da conquista dos direitos sociais pela classe trabalhadora a partir da luta de classes, pois “os direitos sociais são os que permitem ao

cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade” (COUTINHO, 1999, p. 50).

Partindo do pressuposto de que as políticas sociais são as formas com que o Estado irá se organizar para responder às expressões da questão social³ no modo de produção capitalista, podendo ser compreendida tanto como um controle da burguesia sobre o trabalhador quanto resposta a pressão exercida pelos trabalhadores sobre Estado.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p 51).

O Estado de Bem-Estar Social, que foi vivenciado nos países de capitalismo avançado, era marcado pela garantia do pleno emprego, tendo a expansão das políticas sociais, sendo o responsável por prestar serviços sociais universais e também de implantar uma rede de segurança de serviços de assistência social.

A partir da década de 1970, o Estado de Bem-Estar Social entrou em crise e correntes passaram a levantar dúvidas sobre a eficiência do Estado como interventor. A resposta do capital para superar a crise se deu em três direções: a reestruturação produtiva; a globalização econômica e o neoliberalismo.

O ideário neoliberal expressa um retrocesso com relação às políticas sociais já implementadas, com corte de gastos com as políticas sociais, transferindo a responsabilidade do Estado para o mercado e a sociedade civil. Nessa conjuntura, têm-se os interesses voltando para o capital e não para o atendimento das necessidades da população. O Estado volta a ser mínimo, deixa de ser interventor e, para se tornar um gestor das relações sociais, reduz seu tamanho e se desresponsabiliza pela oferta de políticas sociais.

No Brasil, que não vivenciou o Estado Bem-Estar Social, a atual conjuntura tem como base a contrarreforma do Estado⁴ influenciada por países centrais, com o objetivo da ascendência dos seus mercados. A contrarreforma do Estado, com a perspectiva do ideário neoliberal, impossibilitou a criação de mecanismos para efetivação universal do acesso aos direitos sociais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

A partir desse viés, o Brasil apresenta-se atrelado ao mercado financeiro internacional e sem autonomia na elaboração, tanto da política social, como a econômica,

³ “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p.27)

⁴ “[...] uma contrarreforma conservadora e regressiva, diferente do que postulam os que a projetaram entre as paredes dos gabinetes tecnocráticos e inspirados nas orientações das agências multilaterais” (BEHRING, 2008, p. 171).

manifestando diversas mudanças no âmbito estatal no procedimento de sua atuação da então citada. A gênese da estruturação conservadora do projeto neoliberal é na década de 1990, sendo as políticas não mais voltadas para atender necessariamente as demandas decorrente da população, já que se busca a restauração do lucro.

Tendo como base o ideário neoliberal, articula-se o trinômio para as políticas sociais: a descentralização, a privatização e a focalização, sendo, a descentralização da efetivação da política social, a privatização das ofertas dos serviços prestados e a focalização das políticas voltadas para a pobreza extrema.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E AS POLÍTICAS SOCIAIS: uma breve aproximação

A organização, manifestação e luta dos movimentos sociais influencia direta e indiretamente a constituição das políticas sociais. Considerando que os direitos foram conquistados a partir da luta política dos trabalhadores é, portanto, necessário à organização da população, de manifestações e lutas sociais dos movimentos sociais para garantia e ampliação dos direitos sociais.

Partindo da concepção de que movimentos sociais têm como premissa grupos com interesses comuns, compondo um coletivo social que requer de seus membros objetivos afins, influenciado pelo contexto histórico, econômico, político, cultural, entre outros. O movimento social, por intermédio de um aglomerado de ideias, ocasiona os atos da humanidade na história. Assim, os movimentos sociais podem abrir um leque de inovações no âmbito público e privado, tendo uma vasta relevância no desenvolvimento da sociedade política e civil.

[...] Defendemos uma terceira posição, que destaca a importância da cultura na construção de identidade de um movimento social, mas concebe os movimentos segundo um cenário pontuado por lutas, conflitos e contradições, cuja origem está nos problemas da sociedade dividida em classes, com interesses, visões, valores, ideologias e projetos de vida diferenciados (GOHN, 2000, p 11).

Segundo Gohn (2000), as formas de organização, luta e manifestação, levam os movimentos sociais a terem um caráter cíclico, em que vão e voltam a partir da dinâmica dos conflitos. É devido à carência de uma determinada demanda que influi em como os movimentos sociais se organizam.

As manifestações sociais no Brasil apresentam-se desde o período colonial (1500-1822), “desde os tempos do Brasil Colônia, a sociedade brasileira é pontilhada de lutas e movimentos sociais contra a dominação” (GOHN, 2000, p. 15). As lutas acirradas dos negros, índios, mestiços e brancos pobres, em defesa da liberdade, eram o ponto de partida para os movimentos e lutas sociais, no enfrentamento contra a submissão da população brasileira para os colonizadores europeus.

O período correspondente ao Brasil Império (1822-1889) foi fortemente marcado por diversas lutas sociais e revoltas, tendo como exemplo a Balaiada, Cabanagem, a Guerra dos Farrapos⁵, entre outros (GOHN, 2000).

Mesmo com estabelecimento da República em 1898 e a mudança do modo de produção, pouca coisa foi alterada na estrutura social brasileira, pois a classe dominante continuava a ser constituída por aqueles que tinham o poder no período anterior. A substituição da mão de obra escrava pela assalariada possibilitou a constituição de um proletariado urban. É em decorrência dessa formação que se afluam as lutas sociais de forma organizada pela classe trabalhadora no Brasil.

Pode-se concluir que os movimentos populares tradicionais sempre se constituíram em enfrentamentos constantes à escassez de 'direitos' nas sociedades Colonial, Monárquica e Republicana. No entanto, orientando-se pela historiografia da sociedade civil [...] (GOHN, 2015, p. 108).

A partir da década de 1970, há uma inflexão na organização política dos trabalhadores e a emergência dos chamados novos movimentos sociais em que "seu caráter não classista e sua luta que não visa à transformação social, mas a mudanças pontuais" (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p 310). Contraindo-se e resistindo ao modelo autoritário vigente, em um contexto da crise do petróleo e a do "milagre econômico" no Brasil, os movimentos sociais brasileiros articularam-se na luta por direitos políticos, a bens de consumo coletivo, de liberdade de expressão, entre outros.

A manifestação de novos movimentos populares, cada um com uma especificidade e desempenhando sua função através de várias práticas. Dentre essas articulações, constitui-se o processo construído pela identidade de cada organização em forma de associativismo na participação popular das políticas sociais.

Alonso (2009) aponta três teorias que tentam explicar sobre o novo formato dos movimentos sociais, em que são a Teoria de Mobilizações de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Na TMR apontada por John McCarthy e Mayer Zald, as organizações adviriam do uso da razão dos indivíduos em que tinham interesses mútuos, porém acaba-se comparando os movimentos sociais a outros fenômenos, como as firmas e os partidos políticos.

A TPP, defendida por Charles Tilly e Doug McAdam, aponta como primordial a compreensão dos movimentos como um ato político, e não um fenômeno psicológico, podendo ser explorado a partir dos instrumentos que se entende a política, de forma que essa análise não seja limitada. Na TNMS, a partir dos apontamentos de Alberto Melucci, Alain Touraine e Jurgen Habermas, tem-se como base a análise dos movimentos sociais

⁵ Balaiada ocorrida entre os anos de 1838 a 1841 no Maranhão; Cabanagem ocorrida entre os anos de 1835 a 1840 na província do Grão Pará; Guerra dos Farrapos ocorreu no Rio Grande do Sul entre os anos de 1835-1845.

por meio dos aspectos culturais e suas transformações. Com base nos teóricos da TNMS, Alonso (2009) destaca o novo formato das mobilizações sociais, cujos motivos não seriam mais decorrente das desigualdades econômicas, e sim devido à vivência dos sujeitos.

Em suma, as três teorias – agora clássicas – sobre movimentos sociais têm contornos bastante peculiares. A TMR focalizou a dimensão micro-organizacional e estratégica da ação coletiva e praticamente limou o simbolismo na explicação. Já a TPP privilegiou o ambiente macropolítico e incorporou a cultura na análise por meio do conceito de repertório, embora não tenha lhe dado lugar de honra. A TNMS, inversamente, acentuou aspectos simbólicos e cognitivos – e mesmo emoções coletivas –, incluindo-os na própria definição de movimentos sociais. Em contrapartida, deu menor relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses e recursos materiais que ela envolve (ALONSO, 2009, p. 69).

Entende-se a nova formatação das mobilizações sociais como “[...] redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações engajadas em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas” (DIANNI, 1992 apud ALONSO, 2009, p. 73).

Vale ressaltar que as novas formas de organização dos movimentos sociais levam a certa fragmentação das lutas sociais, pois a luta pelo reconhecimento de demandas específicas por parte do Estado acaba por se afastar da luta pela garantia e ampliação dos direitos da classe trabalhadora..

4 O MOVIMENTO LGBTQ E A LUTA PELO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS: histórico de efetivação de políticas sociais

O Movimento Homossexual que hoje é conhecido como Movimento LGBTQ, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Queer⁶, teve sua emergência na Europa, em busca da garantia e legitimação dos direitos civis dos homossexuais e a descriminalização da homossexualidade, como a bandeira fundamental para o ponto de partida deste movimento.

Nos Estados Unidos, o marco para esse movimento é chamado de “Revolta de Stonewall”, que é consequência das discriminações, preconceitos, agressões morais e físicas que gays, lésbicas, transexuais, bissexuais sofreram em 1969, em Nova York, por repressões policiais. Sendo assim, tornou-se influência essencial para os países latino-americanos, no sentido de buscar respeito social, de igualdade e que seus direitos fossem garantidos por um Estado tanto repressor. “[...] Os protestos de Stonewall passaram a assinalar simbolicamente a emergência de um Poder Gay e a data passou a ser

⁶ Queer é um termo utilizado com o propósito de abrigar aqueles que não se encaixam nas normas heterossexuais e binárias de gênero.

posteriormente consagrada como o ‘Dia do Orgulho Gay e Lésbico’.” (FACCHINI, SIMÕES, 2009, p 45).

No Brasil, o Movimento LGBTQ expressa uma característica revolucionária a partir do século XX, na década de 1970, em meio a uma conjuntura em que um Estado é autoritário, militar, no qual repreendia e censurava toda e qualquer tipo de manifestação popular. Tal movimento destaca em sua emergência diversas formas de enfrentamento às incontáveis violências e homicídios daqueles que não se enquadravam nos padrões heteronormativos, trazendo consigo para a atualidade a hierarquização de gênero e uma cultura machista.

Um marco histórico nessa conjuntura é a criação do Jornal Lampião da Esquina, designado para a população LGBTQ, com diversos temas abordados sobre a sexualidade e de grande influência nas manifestações daquele período. Ainda na década de 1970, tem-se a criação do primeiro grupo de organização política LGBTQ de São Paulo, o Somos de Afirmação Homossexual, logo após o Somos do Rio de Janeiro e outros grupos organizados da população LGBTQ, como o primeiro grupo Lésbico – Feminista de São Paulo.

Na década de 1980, ocorre um retrocesso com relação a visibilidade da população LGBTQ, mediante a epidemia da AIDS (Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida), voltando a relacionar o homossexualismo à doença, culpabilizando a população LGBTQ, principalmente os homens homossexuais, pela eclosão do vírus da AIDS.

Em contraposição, o Movimento LGBTQ organizou mobilizações contra a epidemia e formulou demandas para o poder público, tornando o Brasil o primeiro país a responder de forma comunitária e governamental à AIDS. A partir dessa relação do movimento com o Estado no enfrentamento à AIDS, sucedeu em uma expansão do Movimento Homossexual, para o Movimento LGBTQ⁷, pois os grupos ativistas, especialmente de lésbicas e travestis, incorporaram-se ao movimento para o enfrentamento ao preconceito, à violência, à discriminação, fortalecendo as Paradas do Orgulho LGBTQ e tornando popular a expressão “homofobia”.

Avanços do Movimento LGBTQ no Brasil têm como grande influência o programa “Brasil sem Homofobia”, lançado em 2004, no qual a implantação se deu por meio do Governo Federal, estruturado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que tinha o propósito de criar uma política para combater a discriminação, violência moral e física, o preconceito e também a violação aos Direitos Humanos.

A partir da 1ª Conferência Nacional LGBT, em 2008, ocasiona a implantação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que tinha a finalidade de efetivar políticas que

⁷ Não será necessariamente usado essa nomenclatura, porém, irá incluir as lésbicas, os bissexuais, travestis e transexuais.

atendessem os direitos, necessidades e combater a desigualdades, tendo um papel fundamental de inclusão social. Em 2011, na 2ª Conferência não se foge do objetivo em que a anterior trata, e sim tem uma explanação de planos e diretrizes com a intenção de políticas voltadas para a população LGBTQ na esfera do Governo Federal. Essas diretrizes apontavam demandas voltadas para o tripé da Seguridade Social: Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Esse segmento populacional, além de buscar o reconhecimento de seus direitos civis, busca o reconhecimento de direitos de identidade e subjetividade. É de grande relevância ressaltar que as demandas do Movimento LGBTQ não são em si mesmas política social, no entanto, devido esse modelo de sociedade capitalista, é necessário entender que tenha atendimentos para essa população por meio de políticas sociais.

Sendo assim, o Quadro 1 apresenta alguns avanços em decorrência das lutas do Movimento LGBTQ voltados para o tripé da seguridade social brasileira: a saúde, assistência social e previdência social.

Quadro 1: Avanços nas políticas sociais para população LGBTQ no Brasil.

SAÚDE	PREVIDÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL
Criação do comitê técnico de saúde da população LGBT no Ministério da Saúde;	A parceria do INSS com ONGs na atuação da defesa dos direitos, dignidade e cidadania LGBTQ;	Qualificação no enfrentamento a discriminação de gênero, orientação sexual ligado às equipes gestoras e técnicas que atuam especificamente no cotidiano das instituições onde a PNAS é executada;
Construção do plano integrado de enfrentamento da feminização da epidemia de AIDS e outras DST, com ações para mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais;	O aperfeiçoamento do atendimento do INSS para com a população LGBTQ;	Garantia, por meio do Conselho Nacional de Assistência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBTQ e o asseguro a inclusão do recorte de identidade de gênero e orientação sexual, observando a questão étnico-racial, na Política Nacional de Assistência Social;
Construção do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e outras DST entre gays, homens que fazem sexo com homens e travestis;	Consolidação da MPS Nº 513 de 09.12.2010, que dispõe sobre os dispositivos da Lei nº 8.213/91, que tratam de dependentes para fins previdenciários relativamente à união estável entre pessoas do mesmo sexo.	A ampliação dos conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBTQ e assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero, observando a questão étnico-racial, nos programas sociais do Governo Federal;
Realização do I Seminário Nacional de Saúde da População LGBT na Construção do Sistema Único de Saúde (SUS);		

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (portaria nº 2.836, de 01 de dezembro de 2011);		
--	--	--

Fonte: BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília (DF), 2010. BRASIL. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília (DF), 2009. BRASIL. Texto Base da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília (DF), 2007. BRASIL. Texto Base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT. Brasília (DF), 2011.

As conquistas voltadas para a população LGBTQ na atual estruturação, no âmbito da Saúde, tendo como base o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, especialmente o disposto no art. 13, que assegura ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS.

Já no âmbito da Previdência Social, a população LGBTQ, devido ao movimento, ressaltando que a mesma é um reconhecimento de direito social na Constituição Federal de 1988. Em relação às conquistas no âmbito da Assistência Social, volta-se a priori para um melhor atendimento à população LGBTQ, como também na implantação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) das categorias identidade de gênero e orientação sexual. Sabendo que é uma política pública para aqueles que dela precisam, devido à fragilidade e riscos gerados pelo desemprego.

É notório que as conquistas do movimento LGBTQ ainda são poucas e insuficientes mediante diversas demandas, porém consta como um grande avanço que se tenha políticas sociais que atenda esse determinado segmento populacional e que, em um Estado Neoliberal, é essencial que esse grupo específico se organize e pressione para que se tenha a efetivação de novas políticas sociais.

5 CONCLUSÃO

Levando-se em consideração que as políticas sociais voltadas para responder as demandas do Movimento LGBTQ ainda são escassas, é importante destacar tal movimento como sujeitos importantes no processo de construção de demandas e propostas a serem respondidas pelo Estado. Entretanto, quando se trata de políticas sociais voltadas para a população LGBTQ, em que se tenta responder a essa específica população, é fundamental salientar que essas demandas para serem respondidas de forma mais efetiva necessitam ser acompanhadas de novos processos educativos que visem romper com crenças, tradições, valores e, principalmente, com a cultura machista.

Por mais que se tenha alcançado conquistas elementares no âmbito do reconhecimento das demandas pautadas pelo Movimento LGBTQ, é fundamental a organização política desse segmento populacional e a realização de manifestações, conferências, pois ainda são presentes nas relações sociais diversas formas de opressão em relação às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Embora seja clara a impossibilidade de efetivação da igualdade, em um sentido pleno, no modo de produção capitalista, é de extrema importância as mobilizações, as lutas, e as diversas formas de manifestações do Movimento LGBTQ, pois as conquistas já obtidas são construções históricas, logo, estão sempre tensionadas entre a efetivação e a negação. Não se pode perder do horizonte a luta pela efetivação de direitos, sendo eles civis, políticos, sociais, de subjetividade, de identidade e de orientação sexual.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **As Teorias dos Movimentos Sociais**: um balanço do debate. Em Lua Nova 76. São Paulo: CEDEC, 2009.

BRASIL. **Texto Base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT**. Brasília, 2011.

_____. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2010.

_____. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, 2009.

_____. **Texto Base da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2007.

BAZZARELO, Raphael Dutra; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos Sociais e Serviço Social**: em termos do debate. Brasília: Revista Temporalis, 2015.

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 4ª ed. vol 2. São Paulo: Cortez. 2006.

CASTRO, Suzana de. **A origem do Estado moderno em Maquiavel e Hobbes**. Dossiê ética e política – vol. 2, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e Modernidade**. Rev Perspectivas, São Paulo, 1999.

CORRÊA, Felipe. Teorias dos Movimentos Sociais e Psicologia Política. In: **Psicologia Política**. vol. 12. nº 25. pp. 549-569. set. – dez. 2012.

DUARTE, Marco José de Oliveira. **Diversidade Sexual, Políticas Públicas e Direitos Humanos: saúde e cidadania LGBT em cena**. Brasília: Revista Temporalis, 2014.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na Trilha do Arco-Íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009

FALEIROS, Vicente de P. **A política social no Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 2007.

FARIAS, Flavio Bezerra. **O Estado capitalista contemporâneo: para uma prática das visões regulacionistas**. São Paulo: Cortez, 2010.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cada Macaco no seu Galho? Poder, Identidade e Segmentação de Mercado no Movimento Homossexual**. Vol. 21 nº 60: São Paulo: RBCS, 2006.

FRY, Peter. **Para Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **500 Anos de Lutas Sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Londrina Revista: Mediações, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do Século XXI: antigos e novos atores**. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

LACERDA, Paula; VIANNA, Adriana. **Direitos e Políticas Sexuais no Brasil: mapeamento e diagnóstico**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo. Nova Cultural, 2005. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Silvana M. M. **Diversidade Sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo**. Vitória: Argum, 2017.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O Movimento LGBT e as Políticas de Educação de Gênero e Diversidade Sexual: perdas, ganhos e desafios**. Vol. 41 nº 3. Educ. São Paulo: Pesqui, 2015.